

O movimento social da Juventude Universitária Católica na América Latina

The social movement of the Catholic University Youth in Latin America

Maria de Fátima A. Di Gregorio
UNEB
UESB
f_digregorio@hotmail.com

Resumo: Este trabalho investiga o movimento social da Juventude Universitária Católica – JUC – movimento de significativa atuação entre o Totalitarismo e a Democracia brasileira, com olhar voltado para sua trajetória, identidades, ideário e práxis do grupo que definiram sua participação entre os anos de 1930 e 1964 na América Latina. A abordagem é fenomenológica com base na hermenêutica ricœuriana, ancorada na História Social e aplicação do método de estudo histórico, empírico e qualitativo. Recorreu-se ao uso de questionários semi-estruturados aplicados a um universo de trinta pessoas reconhecidas como jucistas, privilegiando a diversidade na formação universitária. A pesquisa mostrou a JUC como expressivo movimento da juventude desses anos, formado entre a militância sócio-religiosa concebida no contexto de renovação da Igreja.

Palavras-chave: Ditadura; Movimento Social; Identidades; História do Tempo Presente

Abstract: This work investigates the social movement of the Catholic University Youth - JUC - movement of significant action between totalitarianism and democracy in Brazil, with its penchant for history, identity, ideology and praxis the group that defined their participation between 1930 and 1964 in Latin America. The approach is based on phenomenological hermeneutics ricœuriana, anchored in social history and application of the method of historical study, empirical and qualitative. Resorted to the use of semi-structured questionnaires applied to a population of thirty people recognized as jucistas, favoring diversity in university education. The survey showed the JUC and expressive movement of the youth of these years, formed between the socio-religious militancy conceived in the context of renewal of the Church.

Keywords: Dictatorship, Social Movement, Identity, History of the Present Time

Considerações Iniciais

O foco deste trabalho está na reflexão sobre o movimento social da Juventude Universitária Católica – JUC – grupo de universitários ingressos em Ações Católicas entre os anos de 1930 e 1964 com significativa atuação entre o Totalitarismo e a Democracia brasileira, espelhada nos ideais revolucionários presentes na América Latina. O olhar voltado

para a trajetória do grupo no cenário nacional, suas identidades, ideário e práxis que definiram a participação nos movimentos sociais.

As ditaduras civis e militares: marcas do Tempo Presente

A instauração de ditaduras civis e/ou militares na América Latina e seus desdobramentos para os processos de democratização envolvem muitas discussões em torno da História das sociedades mais recentes. Campo recente da historiografia - o Tempo Presente inaugura uma série de questões ligadas à emergência de fenômenos próprios de novas relações entre grupos e temporalidade que definem a própria historicidade das experiências e as identidades de grupos que ligados à uma discussão a respeito de causas sócio-econômicas,, políticas e culturais, definem práticas e movimentos capazes de marcar páginas da História.

A ditadura militar foi implantada no Brasil em 1º de Abril de 1964, com substancial apoio de pessoas e entidades da sociedade civil, de órgãos representativos do poder político econômico nacional, de uma parte considerável dos superiores da hierarquia católica e ainda de importantes órgãos de comunicação de massa, parcela de civis, mulheres católicas que se proclamam tradicionalmente em nome de uma tradição e de uma ordem dita e legitimada hegemonicamente.

O sistema ditatorial, que durou de 1964 a 1986 em diversas etapas, apresentou características peculiares na América Latina, como o fato de que o poder ditatorial não se apoiar em lideranças evidenciadas, mas por um movimento de grupos que buscavam justiça social em prol dos Direitos Humanos. Anos de uma juventude reivindicadora, de cunho sociológico expirada nas condições econômicas desfavoráveis para o desenvolvimento junto às potências mundiais, os jovens latino-americanos em movimentos sociais nas duas primeiras décadas do século XIX, grupos que clamavam pela liberdade advinda da dominação colonial, com estruturas com base na economia agrário-exportadora brasileira que tem história de dominação por elites hegemônicas que estabelecem parcerias com mercados compradores e que determinam regras para o país.

Todavia, a dominação do território latino-americano por grupos estrangeiros é alterada após muitos movimentos libertadores que criticam o comando ostensivo de governos ditatoriais vigentes nos anos 60 a 80, a exemplo do Brasil. Estilo de generais de exército - essencialmente ditadores, com quadro de violências e prática de opressão ao povo.

O Golpe de Estado no Brasil

Com relação às origens do golpe de Estado que resultou na implantação de mais ditadura brasileira, pode-se mencionar alguns fatores internos como o temor das elites tradicionais e seu medo de perder o patrimônio e os privilégios em decorrência da manipulação das massas, isso desde anos do Governo de Getúlio Vargas, cuja ingerência de países estrangeiros na vida política, econômica e social brasileira era notória. Como está fartamente documentado por historiadores, inclusive por registros feitos por jornais da época, observa-se a simples rotina de práticas políticas e conhecedores das histórias que denunciavam como perigosos, a participação direta dos comunistas no país e o apoio dos Estados Unidos para a implantação da Ditadura.

Na realidade, o Golpe de 1964 foi dado com substancial apoio – alguns dizem que por inspiração americana, às forças armadas, que com suas organizações especializadas em espionagem e inquirições subversivas tinham prática vista como subterrânea, ostentando e articulando grupos, instaurando o Golpe de 1964 e ditadura essa, inspirada em outros modelos na América Latina. Ora, grandes empresas estadunidenses tinham interesse em apoderar-se das reservas de minério de ferro existentes no Brasil especialmente no Estado de Minas Gerais, ao mesmo tempo em que crescia no país um sentimento nacionalista, sendo bem expressivo o espírito de luta entre jovens e grupos que não aceitavam essas imposições. O fato foi que muitos escândalos em grandes jornais foram reprimidos, o poder econômico garantido para os simpatizantes do Capitalismo e a insatisfação gerada. Tudo isso acontecia pouco depois da Revolução Cubana, que despertou na América Latina a expansão das idéias socialistas. Che Guevara era um ícone de luta contra a opressão.

Poucos anos antes do Golpe dito como militar no Brasil, sabe-se da missão militar enviada pelos Estados Unidos que ao se aliar a militares brasileiros para a implantação de um programa de militarização da sociedade, acaba criando a Doutrina da Segurança Nacional. Paralelamente a isso, o embaixador dos Estados Unidos no Brasil desenvolvia intensa atividade em vários pontos do território brasileiro, pregando ainda a idéia de uma aliança no mundo ocidental e sob liderança dos Estados Unidos em defesa de um mundo livre das ameaças comunistas, influenciando aos militares assumirem o poder.

Quanto aos fatores internos que inspiraram e facilitaram a implantação da Ditadura em 1964 no Brasil, é preciso registrar que uma parte considerável do povo brasileiro apoiou à substituição do Presidente da República - que era João Goulart, mas pensando nos meios legais e pacíficos previstos na Constituição, embora não imaginassem que a destituição do Presidente abriria caminho para um período muito duro de autoritarismo. Na realidade, houve o apoio de lideranças civis, inclusive empresariais e mulheres católicas, influenciadas por uma pregação de tumulto feita pela imprensa, uma conjugação de ambições, intolerância e falta de esclarecimento de boa parcela de sociedade que muitas vezes se confundia com a ingenuidade e falta de experiência em lidar com a democracia brasileira, sendo presa fácil para manipulação desses grupos de domínio.

Todavia, os fatos que vieram logo em seguida à deposição do Presidente constitucional João Goulart, que no dia 1º de Abril de 1964 quando este teve de buscar refúgio fora do Brasil para não ser preso, deixando evidente que se tinha implantado no Brasil, pura e simplesmente, uma Ditadura, um poder arbitrário, com todo o cortejo de violências e corrupções que fazem parte de páginas da História do Tempo Presente.

E apesar das cautelas adotadas pelos agentes desse poder arbitrário, mascarou-se a verdadeira natureza do Golpe de Estado de cunho redentor, anunciado como “Revolução de 31 de Março de 1964”, mas a realidade desse ato ficou evidente – pela violência, pela quebra de um movimento social que se organizava e inclusive a partir dos estudantes católicos brasileiros ligados às Ações Católicas gerais que já vinham se organizando desde os anos getulistas, tomando força no Brasil nos anos 60. O golpe militar de 1964 instaurou no Brasil uma Ditadura, um sistema de poder arbitrário, que praticou, favoreceu e permitiu muitas espécies de violências contra a pessoa humana, além de ter sido amplamente favorável a corrupção, à morte e torturas de muitos.

A Juventude Universitária Católica (JUC) como movimento de luta social/religioso no período de 1946-1950 no Brasil

No governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) foi promulgada a Constituição que trazia, entre outras deliberações do regime republicano, o mandato presidencial de cinco anos com escolha de forma direta; o voto universal secreto e obrigatório aos maiores de 18 anos; a instituição do *habeas corpus* e a garantia de liberdade de pensamento e expressão. A euforia

constitucional, o governo adotava medidas repressivas contra a tentativa de reorganização sindical dos trabalhadores, proibindo a existência de movimentos dos trabalhadores. Não obstante, o Presidente Eurico Gaspar Dutra mesmo estando inserido nas novas medidas, praticou uma política governamental deliberadamente autoritária, aplicando medidas que desrespeitaram a Constituição vigente, ignorando os movimentos sociais. O modelo de Governo impedia a expansão e o crescimento do Comunismo no país e o avanço dos movimentos sociais era evidente.

Essa engrenagem comprometeu a experiência democrática no Brasil, isso porque não se permitia a eleição sindical, havia intervenções em sindicatos, além de repreensões a manifestações de qualquer ordem. Em seu último ano do mandato, Gaspar Dutra deixou cerca de duzentos sindicatos trabalhistas sob intervenção governamental, ao passo que as Ações Católicas recebiam Dom Helder Câmara como Assistente Geral.

O Estado e a Igreja assistiam a III Semana Nacional de Ação Católica, em Porto Alegre, com a participação da juventude católica, liderados pelos jucistas universitários. Ainda neste ano de 1949, acontece o XII Congresso Nacional de Estudantes realizado na Bahia e, segundo Gómez de Souza (1984), as discussões giraram em torno do apoio da UNE ao lado das Ações Católicas Especializadas.

Em 1950, sendo o Presidente Getúlio Vargas eleito de forma direta, inicia-se o seu segundo mandato em 1951, gerando conflito entre grupos. Esses confrontos entre Getúlio Vargas e setores conservadores e os liberais acentuaram-se, criando tensão política. Mas, se era preciso continuar as mudanças na sociedade para que a Igreja cumprisse melhor suas metas, as limitações estavam no aparelhamento do Estado, já que muitas das inovações das ações católicas dependiam de acordos com o Governo.

A história das Ações Católicas na década de 1950 estava voltada para questões do ‘Estado Capitalista’ em conflito com o ‘Estado Comunista,’ associada a fatores socioeconômicos, políticos em jogo. Em 1951, em Recife, acontece a V Semana Nacional da ACB, onde os jucistas estavam em peso e já como movimento social de forte influência nacional.

Em Belo Horizonte aconteceu o I Conselho Nacional da JUC, em Curitiba, no ano de 1952, acontecem vários em Porto Alegre, o II Conselho Nacional da JUC, todos regionais e com apoio do Estado. Minas Gerais e O foram centro de encontros nacionais. Ao final desses anos, a Igreja, preocupada ainda com as questões sociais geradas pelo modelo de capitalismo

no país, por intermédio de suas ações especializadas, movimenta-se contra a fome e o desemprego que assolam grande parte da população. E isso foi bastante discutido no Encontro Nacional de Assistente, definindo as congêneres jucistas como movimentos de forte teor social.

Nos anos 50, com a aprovação da Santa Sé, houve grandes mudanças na Igreja, em âmbito nacional e internacional, especificando as metas e ações espiritualizadas para repensar o mundo e a sociedade brasileira. Até hoje, a repercussão nas igrejas de todo o mundo mostra novas diretrizes para a Igreja. A Igreja é a voz daqueles que não podem se expressar. Ela teve um papel muito forte no sentido de defesa dos direitos humanos e no processo de transição para o regime democrático. Os programas estavam voltados para a questão social (DEPOENTE R).

Pensar nas vozes pelo viés fenomenológico e hermenêutico é buscar compreender e interpretar a dinâmica do grupo nesses anos. A entrevista mostra a atuação do movimento no processo democrático, além de ressaltar a ideia de que a Igreja – reconhecida pelo seu clero como instituição forte de luta pela Democracia no país – os jovens católicos eram porta-voz dos que necessitavam gritar. Foi um período em que a Igreja, por meio de suas ações, defendeu muitos setores populares no país, a exemplo dos Direitos Humanos. Foi ela a grande responsável pela abertura de espaço para discussões sobre a racionalidade organizacional do Estado, pelas possíveis obras que iam se estabelecendo em diversos setores da sociedade.

Essa atuação da JUC é mostrada em documentos da Igreja e percebe-se que acaba modificando a operacionalização das ações católicas que atua como grupo de ideário marcante e uniformidade de objetivos, mesmo com as especificidades. Não era mais a fase de divulgação e recrutamento, mas a de esperança, ruptura com o Estado.

A Igreja a partir dessas ações organizadas estava fazendo uma opção clara e decisiva de atuação. A JAC atuava ligada à agricultura, a JEC com juventude estudantil secundarista, a JIC com os meios ou setores independentes e variados, a JOC com a juventude operária, mas era a JUC com os universitários católicos que aglomerava maior número de jovens. Eram agrupamentos sob jurisdição da Igreja Católica e organizados pelas paróquias locais, portanto sob a autoridade do padre, que seria um articulador das ações, especialmente junto à família – principal incentivadora da inserção da juventude no laicato.

Para os operários, estudantes e outros grupos de jovens, os últimos anos da década de 1940 marcaram o momento em que tudo parecia possível e todos os sonhos eram permitidos. A juventude, principalmente, desejava reconstruir o país eliminando a miséria, a fome e as injustiças, pretendendo alcançar a prosperidade e a dignidade nacional (MURARO, 1985, p 48).

Novas formas de atuação com apoio das famílias que viam de certa forma, os valores familiares sendo ameaçados.

Mas as mudanças são particularmente difíceis, uma vez que as experiências vividas e simbolizadas na família têm como referência definições cristalizadas de família socialmente instituídas pelos dispositivos jurídicos, médicos, psicológicos, religiosos e pedagógicos, enfim, os dispositivos disciplinares existentes em nossa sociedade, que têm nos meios de comunicação um veículo fundamental, além de suas instituições específicas. Essas referências constituem os “modelos” do que é e deve ser a família, fortemente ancorados numa visão de família como uma unidade biológica constituída segundo as leis da “natureza” (SARTI, 1999, p.99).

Pelo lugar que ocupa socialmente, o jovem se afirma opondo-se, fazendo do conflito um instrumento tão necessário quanto imprescindível em seu processo de tornar-se sujeito no mundo social. Dessa maneira, a família configura-se em espaço onde o conflito é intrínseco e ao mesmo tempo visível, estipulando normas, limites em função de memórias sociais, já que são os produtores diretos da tradição. Na modernidade, cabe ao sujeito o poder de decisão do que será contado ou esquecido de seu grupo. A voz de J permite analisar as ações ancoradas no modelo de referência familiar.

Os jovens não tinham muita voz, pois os padres e as freiras eram quem comandavam tudo, direcionando as ações e atuação de cada família envolvida nessas ações jucistas. A Igreja controlava tudo. Nesta época, os jovens passam a ser protagonistas, pois a Ação Católica começava a atingir todas as famílias e o incentivo era grande por parte das famílias. Os movimentos: JAC, JEC, JIC, JOC e JUC (a, e, i, o, u da Juventude) contavam com apoio de muitos pais que cediam casas, sítios e espaços para as reuniões (DEPOENTE J).

Foi então que no ano de 1950 que as Ações Católicas Especializadas foram intensificadas, transformando-se em movimento social, evoluindo ideário. A JUC viveu a fase que poderia ser chamada de esperança e otimismo para a juventude brasileira, tornando sua proposta fundamental para o sonho de melhora para as camadas populares do país. E, por entender que a família estava sofrendo impasses advindos da cultura desses anos, na medida em que o movimento atuava, as famílias investiam nessas ações. A propósito, estudos marxistas eram realizados nos grupos de estudo da Universidade, incluindo marco doutrinal com acentuada carga socialista nos ideais, as ações solidárias, conjuntas, criaram um avanço significativo na JUC diante das outras congêneres. O sentido do grupo mudara.

A estruturação mais definitiva da JUC em plano nacional se deu a partir do Encontro Interamericano da JEC e da JUC, realizado no Rio de Janeiro em 1950. Nessa reunião, foi também discutido o compromisso político dos universitários, tendo a delegação de Belo Horizonte, com o apoio de delegados de outras cidades, insistido na incompatibilidade entre a filiação à JUC e a atuação em grupos políticos de direita. Ainda em 1950, a própria modificação dos critérios da ACB em relação à organização do laicato contribuiu para a implantação nacional da JUC. Foi adotado um novo modelo, de inspiração francesa, belga e canadense, que reduzia a importância das dioceses e valorizava os grupos nacionais ligados a meios sociais específicos. Foi também introduzido um novo método de formação para a ação. Uma vez reconhecida, a JUC filiou-se à Juventude Estudantil Católica Internacional, sediada em Paris, e ao Movimento Internacional dos Estudantes Católicos, com sede em Friburgo, na Suíça (DEPOENTE K, 2007).

De que forma a memória torna-se um processo de ocultação e revelação? No contexto apontado por K, a JUC foi criada a partir da inspiração e do pensamento da nova linha da Igreja européia que tinha fundamentos em princípios não só da Neocristandade, mas na reedificação de pessoas, no entanto, a identidade legitimadora de luta falou mais alto, levando o movimento a avançar em suas metas. Portanto, o fenômeno de mais ampla participação do grupo em problemas do país, desenvolveu sem dúvida não só essa nova postura política no Brasil, mas mudança, mas identidades dos jovens. Há que se considerar que os partidos políticos são mediadores importantes deste avanço democrático da JUC dos anos 60, o CELAM (Comissão Episcopal Latino-Americano) propiciou debates sobre temas, os movimentos de juventude, as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e outras pastorais sociais, contribuíram para a mobilização e a conscientização dos jucistas.

Todos estes movimentos se ramificaram alimentando e reproduzindo uma nova cultura política formada no cotidiano das organizações populares, politizadas. Nesse entendimento havia um envolvimento de segmentos religiosos e estudantis internacionais e isso ficava claro em seus congressos, quando a participação de padres da esquerda cristã européia se fazia presente ao lado da entidade.

Porém, a atitude da Igreja de captar os leigos por meio da juventude, seguia a linha cristã, criando uma nova consciência capaz de mover as suas bases do movimento que era a Igreja Católica. Mas, ao mesmo tempo, acabou criando impasse dentro dela mesma, pois o clero tinha divergências muito acentuadas com esses novos ideais. A partir desse olhar, a Igreja Católica viu as ações especializadas ingressarem em ideologia de cunho marxista, defendendo a abolição de propriedades particulares dos meios de produção, lutando pela

igualdade social. O alvo principal era a juventude mais abandonada, o jovem que deveria ser resgatado (SIGRIST, 1982).

Para investigar as interfaces da memória com a História, observam-se aqui duas coordenadas. A primeira é o entrelaçamento das memórias individuais dos jucistas com as experiências coletivas, e a segunda é que a memória sendo afetiva e seletiva recria tempos vividos, dando pistas do acontecido no cotidiano dos sujeitos.

A JUC era de fato uma família cultural. Todos os meus valores são de base nesse movimento de grupo. Hoje não vemos mais os jovens preocupados com o país, com as pessoas pobres, salvo aqueles que preservam em suas famílias valores humanos mais definidos. Perdi muita coisa nessa luta, mais precisamente bens materiais e capitais, mas o que importa? Ficou o exemplo de minha luta e a expressão coletiva que tivemos nesses anos (DEPONTE J).

A voz acima mostra os valores na formação dos grupos, que compreendem a JUC como família de apoio, com princípios constitutivos para suas vidas. A JUC abriu-se para ações cidadinas, rurais, além da atuação ao lado de núcleos de fábricas, sindicatos, bairros e clubes. Lembranças que vão se tornando cada vez mais tênues, menos reais e multidirecionais, ou seja, começa a fragmentar-se pelo tempo e dinâmica social. O depoimento de J mostra a preocupação da preservação de valores nas famílias preocupadas com as ações reformistas, realizando constantes investimentos por parte dos seus integrantes, dos padres que com a coordenação geral do grupo realizavam cursilhos, encontros para mudanças substanciais nas pessoas, porém mantendo-se sob a obediência hierárquica da Igreja, a exemplo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A JUC experimentou uma guinada política nesses anos e como movimento social, captou apoios para a luta coletiva. Engajou-se nas lutas pela Reforma Universitária¹, organizou-se como movimento de luta pela educação de qualidade em seus diversos segmentos, tudo isso aos olhos da CNBB (LIMA, 2010).

No Congresso, organizado em 1951 em Belo Horizonte, a JUC se aproxima do mundo operário da JOC, de educadores progressistas e discute a lei de educação do país, faz reflexões sobre a atuação regional, nacional. No mesmo ano em Recife, participa do encontro temático sobre a formação doutrinal católica e libertadora dos jovens. Mais adiante no ano de 1952, tem participação nacional demonstrando apoio e caráter de interação do grupo que estava voltado para anseios de uma luta radicalizada.

¹ A Lei 5.540 foi outorgada mais adiante no ano de 1968, porém, introduziu a relação custo-benefício e o capital humano na educação, direcionando a Universidade para o mercado de trabalho, ampliando o acesso da classe média ao ensino superior e cerceando a autonomia universitária, mas estas diretrizes atendiam ao modelo militar vigente após o Golpe de 1964.

A Juventude Universitária Católica (JUC) foi criada em 1950 como partes da ACB. Começou como um movimento conservador, clerical, visando cristianizar a futura elite. Mas, após a reorganização da ACB entre 1946 e 1950, a JUC deu início a uma rápida radicalização que a levou a um contundente conflito com a hierarquia. O momento decisivo dessa virada foi à conferência nacional da JUC em 1959, quando o movimento assumiu uma responsabilidade explícita pela ação política como parte de seu compromisso evangélico (MAINWARING 1986, p. 84).

Portanto, admite a real instituição da JUC em 1950, reconhecendo sua ação como movimento de esquerda católica. Também nesse mesmo ano, o viés católico foi substituído pelo de luta revolucionária e efetivamente a JUC começa uma nova fase de atuação no cenário nacional, avançando e mudando o contexto pelas reivindicações, crescendo em número e atuação.

[...] a partir daí, o movimento ganha consistência, definindo melhor o seu campo de ação, o seu método, o temário para estudos e a sua organização. Criada a Equipe Nacional, encarregada de coordenar o movimento, em todo o país, aos poucos vão se constituindo as Equipes Regionais, no sentido de conseguir oferecer maior unidade e assistência às Equipes Diocesanas e às Equipes de Base. Essas equipes eram formadas por um padre assistente, dirigentes e militantes (SIGRIST, 1982, p. 20).

Partindo-se da explicação de que, a partir do dinamismo desses jovens, os grupos se estruturaram metodologicamente no ano de 1950 com as equipes de atuação, todavia, as equipes de trabalho visando a função de ampliar o movimento sociorreligioso assumiam ações independentes do seio da Igreja, sua mãe espiritual. Tornam-se mais autônomas e quando passam a assumir não só a independência da Igreja adentra na formação política do grupo. O ‘ideal histórico’² vai até o final dos anos 50, começando a mostrar uma nova fase entre 1959 e 1962, chamada de histórico-antropológica.

Observa-se que o ideal histórico veio como um desencadeamento de um anseio mais ou menos coletivo, como uma linha de ação mais generalizada, partindo de uma síntese que necessitariam lutar. De fato, esse ideal permitiu aos militantes a construção de um novo grupo, novas posturas com espaço aberto para a revolução da sociedade. Vale lembrar que o grupo inicialmente conduzido por uma espécie de consciência cristã, experimentando novas caminhadas, encontrando nessa ressignificação identitária em ações revolucionárias mais

² Sigrist (1982) entende por ideal histórico o anseio de um grupo caracterizado pela vontade ou descoberta de princípios.

atuantes, tentando autonomia em relação à Igreja O ideal cristão era livre para a criação de novas concepções, como a marxista (SIGRIST, 1982).

Esse ideal histórico abordado por Sigrist é encontrado no Boletim da JUC nº 4. Momento histórico que o grupo revela aos poucos, outra fase de sua identidade, de oposição e de totalidade. Isso porque na cristianização dessa nova face, acontecem rompimentos e tentativa de restauração da ordem por parte do grupo no entanto, o engajamento na luta já estava presente em muitos integrantes.

No Brasil, muitos episódios se processam, dentre eles o já citado atentado contra o jornalista Carlos Lacerda, os clamores populares contra o Governo e o posterior suicídio do Presidente Getúlio Vargas, nas dependências do Palácio do Catete. A nova etapa política com a entrada de Café Filho que, por problemas de saúde, afasta-se do Governo, a posse do Presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, no ano de 1955 preocupa a esquerda católica.

Em fevereiro de 1953, acontece em Salvador, o III Conselho Nacional da JUC e estavam presentes dirigentes de diferentes cidades abordando a situação do país. A presença desses jucistas mostra as equipes de base discutindo os rumos da nação, do movimento. Padres encarregados do movimento faziam articulações na parte espiritual e os jovens expressavam-se através das formas de cultura: músicas, artes, cinema.

Entre os anos de 1954 e 1955³ aconteceu o encontro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com a presença do Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Helder Câmara como Secretário Geral. Estava aí criado um impasse interno na Igreja que via esses fatos como afrontas diretas à vida e aos princípios religiosos.

As reuniões do conselho nacional em 1953 e 1954 mantiveram as mesmas diretrizes anteriores, apenas aperfeiçoando o método ver, julgar e agir. Tal método consistia basicamente em analisar a realidade a partir da doutrina da Igreja e em seguida traçar linhas de ação. As dúvidas e os debates sobre problemas sociais começaram a adquirir especial importância nessa época, principalmente em 1954, quando o tema tratado pela JUC em todo o país foi a questão social. As reuniões nacionais de Porto Alegre, em janeiro de 1956, e de Recife, em junho de 1957, revelaram o interesse crescente dos jucistas pela discussão de questões sociais e de temas políticos. Temas como a universidade e a sociedade ou a saúde e a fome foram levantados pelas JUCs de Recife e de Belo Horizonte (KORNIS, 2000, p. 42).

³ Em 1955, Carlos Luz é substituído por Nereu Ramos. JK assume a liderança do Brasil em 1956

A JUC avançara no seu ideal, sugerindo adiantamento em suas ações e a elaboração de um quadro teórico que permitisse o posicionamento do movimento diante de problemas nacionais, mas não havia definido estratégias radicalizadas de resistência, o que nos leva a acreditar que o ideal era utópico como a própria época permitia. O esforço de reconciliação, ou melhor, de superação desse estado de tensão, leva a JUC a investir em missões mais audaciosas, mas as raízes na Igreja impediriam esse avanço?

Voltando-se sobre si mesmos, reafirmando os valores oficiais da Igreja, os integrantes da JUC tendiam a compor uma elite acadêmica católica. A visão de mundo que deu origem à JUC estaria ancorada na doutrina medieval da Igreja: a tarefa do homem na Terra seria espelhar a ordem divina ideal, tanto em sua alma como na sociedade (RIDENTE, 1998, p 24).

Em seus primeiros anos de atuação nacional, a JUC criou uma identidade enquanto representação oficial da Igreja no meio universitário, mas encontrando campo para a conquista pela autonomia, avança. Esse ideal de formação de fé e espiritualidade não passaria, portanto, dos muros da Igreja e considerando o novo ideário, outras pretensões transformadoras afetaram essa relação.

A identidade revolucionária da JUC nos anos 60

A identidade de luta revolucionária é que fez com que os jucistas adentrassem em ações pelo interior do país, muitos ligados aos locais de nascimento, marcas de um movimento entre a cidade e o campo. Realizavam ações sociais, propostas de aulas e atividades lúdicas, conforme manual de atividades da JUC em anexo.

Na década de 1960 e, com a ascensão da Revolução Cubana na América Latina, surge o reforço dessa radicalização de jovens que com seus novos ideais e exemplos, sonharam e clamavam a luta em prol dos Direitos Humanos. Todavia, a atuação da JUC fora da Igreja foi assim relatada pelos depoentes:

A JUC tinha dificuldade em quebrar o elo com a Igreja, sua grande mentora de ações na cidade e no campo. As faculdades iam se expandindo e, por exemplo, em alguns municípios não tinham cursos como o de Educação Física, que os jovens tinham que se deslocar para Recife, e aí estava o hiato, o afastamento das famílias e a inserção na luta que não parava dia e noite. Tínhamos clube, grupo de estudos, passeios e muitas atividades em grupo (DEPOENTE T).

Ao avaliar a relação da JUC com a Igreja, o depoente mostra que essas novas equipes de luta apresentavam uma dinâmica ainda cristã, porém revolucionária, ou seja, uma força cristã jovem com anseio de luta pela melhoria no país. Faziam orações, clamavam pela presença de Cristo e elaboravam uma pauta com advertências de coisas que julgavam erradas, mas saíam para missões de risco. Segundo D; “se o grupo notasse alguma alteração nessa ordem, mudava de pauta imediatamente. E essa não era uma situação de covardia”, ressalta o depoente, “mas de inteligência, pois nos anos antes do Golpe, já tínhamos pessoas que ficavam olhando o que falávamos”.

Algumas reuniões da JUC aconteciam em mosteiros, salões e, muitas vezes, em salas vazias da Universidade. Essa era a dinâmica de atuação do movimento jucista. Se uma Diocese compreende, geralmente, vários municípios, as Juntas Diocesanas e as Equipes Diocesanas seguiam as orientações das Juntas e das Equipes Regionais, cuja extensão territorial coincidia com a atuação das Equipes de Base da JUC, que atuavam com as Juntas Paroquiais, exercendo controle das ações jucistas.

Alianças que se estabeleciam entre a JUC e o CGT, a UNE que se organizava em apoio à esquerda revolucionária. O episódio do movimento dos sargentos vinha abrindo novas perspectivas para as lutas reformistas, nacionalistas e populares. Apesar da onda de desilusão dos jovens pela não realização das prometidas reformas de Governo, a caminhada persiste e como afirma D: “se não houvesse no país a prometida reforma, a revolução explodiria”

Essas discussões e atividades eram realizadas em espaço geográfico menor do que o da Paróquia, nos salões paroquiais ou casas de integrantes do grupo, e as unidades ocupacionais atuavam em áreas livres de zonas rurais que, para eles, eram lugares onde podiam operacionalizar melhor suas ações sem a presença e poder dos bispos e do clero. Nesse período está muito latente no país o trabalho de Paulo Freire, em Angicos, que alfabetizava grupos com liberdade de pensamento.

Com efeito, o grupo atuava contra o analfabetismo no Nordeste do país, trabalhava com a consciência social dos sujeitos via método Paulo Freire e resgatavam experiências cotidianas de suas famílias. O grupo mantinha laços estreitos com as famílias, a liderança era compartilhada e os militantes nem sabiam ao certo quem os liderava, pois os encontros entre eles eram consensuais.

Se a JUC trabalhava com parceiros como a UNE, exercia um papel de apoio para o movimento de outros grupos. Esta forma de organização, diferente da Igreja foi o garantiu certamente sua luta revolucionária e o avanço de ideário? O grupo se constituiu em um *locus* de socialização e de luta com dispositivos que contribuíram para a formação de pessoas e do próprio movimento social.

Depoimentos mostram que o grupo tinha pouca chance de expansão, pois a Igreja era este freio social. Esta, responde ao depoimento sobre seu engajamento no grupo dizendo que, além de seu companheiro, o grupo possuía integrantes como Silvio Correia Lins, Sônia Correia Lins, Marcos Correia Lins, Maria do Pilar Costa Santos, Beatriz Rebiano Costa, Maria Ainda Bezerra, Istvan Jancson, Ida Jancson, e que já ouvira falar em tal Rodrigo. A voz de F mostra que no período da repressão essa união da JUC acaba sendo desfeita pela pressão e preservação de integrantes.

As denúncias de participação no movimento aconteceram sob forma de preservação de entes familiares, embora muitos não cedessem. No depoimento ao DOI/I EX, quando o militante admitiu que em militares de projeção estavam ligados à sua família por laços de parentesco e que não podiam ser citados para não comprometê-los. O que se vê é o sistema de pressão aos militantes, mostrando denúncias de colegas e a proteção militar aos parentes e amigos. Sabemos que, quando se trata de família, o campo parece ser sagrado.

Considera-se que um dos motivos que levou a resignificação do processo identitário da JUC, no início da década de 1960, foi o avanço no seu ideário no movimento e o contato com pessoas de outros movimentos trabalhistas e comunistas, isso porque na medida em que avançavam ideologicamente, já não podiam se manter nas ações católicas, pois viam na luta a possibilidade de frutificar ações políticas e culturais inovadoras e diversificadas, aproximando a política da cultura e da vida cotidiana, buscando colocar a imaginação na luta contra o poder de grupos totalitários. As crescentes reivindicações de trabalhadores como camponeses, operários, estudantes e militares de baixa patente levaram ao movimento de politização que ameaçava a ordem estabelecida.

Durante anos, foi-se formando uma corrente forte de opinião em inúmeros segmentos da esquerda, colocando a necessidade de constituir uma vanguarda realmente revolucionária, rompendo com o imobilismo e propondo a luta armada contra a força bruta do governo, avançando decisivamente em direção à superação do Capitalismo e do Estado Totalitário. A versão populista da hegemonia burguesa já não era suficiente para organizar o conjunto da

sociedade em conformidade com os interesses do capital, ameaçados pela esquerda jovem que tomara força política.

Os estudantes católicos em movimentos sociais e populares

A JUC atuou nos Centros Populares de Cultura (CPCs) e nos Movimentos de Cultura Popular (MCP), movimentando significativa parcela na sociedade, criticando grupos sociais que procuram divulgar suas ideologias à sociedade. Em contrapartida, a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), atuava ao lado das famílias como amigos do catolicismo em combate à luta revolucionária e comunista no país. Paralelamente, a CNBB empenhava-se para emperrar a infiltração esquerdista, mobilizando os fiéis leigos para o embate apostólico contra a ideologia comunista e a dissidência de parte do grupo.

Mas, as preocupações da JUC com o caráter social e político de luta no país foi consolidando-se no congresso de 1960 realizado no Rio de Janeiro, denominado Congresso dos Dez Anos, que captou muitos jovens, formando novas lideranças e estabelecendo ações para a luta em geral. Também padres e partidos políticos estavam inseridos nessas discussões.

Na Coleção Polícia Política, encontra-se na folha 51 do Arquivo Público do Estado do Rio, o seguinte depoimento ao DOI/EX⁴:

Depoimento nº 46/74 de Rute Maria Monteiro Machado no dia 15/02/1974. Era pertencente à organização MPL (Movimento Popular de Libertação).

Perguntada sobre suas atividades no MPL respondeu o seguinte:

1. que a depoente entrou para a JUC em 1963, quando cursava a Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pernambuco;
2. que a depoente ingressou no MEB/RECIFE em 1964, ocasião em que conheceu Maria Aínda Bezerra, que era Coordenadora Estadual do MEB; que o relacionamento da depoente com Maria Arlinda Bezerra nesta época foi meramente funcional;
3. que nesta época a depoente tornou-se amiga pessoal de D. Helder Câmara, presidente do MEB local, tendo diversas vezes cantado em serenatas organizadas por ele; que a depoente foi presa em 1966, em Recife; que a depoente não foi acusada de nada, e presume ter sido presa por suas ligações com D. Helder Câmara;
4. que a depoente conheceu Marcos Correia Lins em 1964, por intermédio do Pe. Almeri, assistente da JUC na época.

Lendo a documentação, constatam-se as formas de inserção na militância do período e, como esta atuou no cenário nacional, dentro de uma funcionalidade de rede, mostrando as

⁴ Pesquisa no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro em setembro de 2007. Coleção Polícia Política setor/série: Comunismo. Folha 051.

identidades construídas entre a Igreja progressista de Dom Hélder Câmara, Dom Antônio Fragoso, dos Padres Francisco Lago, Alípio de Freitas dentre outros e a conservadora. A luta da esquerda católica ao lado da Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Estudantil Católica (JEC), foi de muito valor para a historiografia brasileira.

Anos de repressão, perseguição, perda de identidade. No entanto, o papel de mediação da Igreja acabou por contribuir para a libertação de alguns militantes, evitando a condenação de jucistas ativistas. Isso é visto em no depoimento de S: “minha família vivia entre os padres do Garcia e quando a coisa começou a esquentar, viajei para fora do país por sugestão dos padres”.

A figura do padre era associada ao apoio estudantil, pois o mesmo representava proteção contra repressão. De acordo com o documento, havia ligação entre militantes e a pessoa de Dom Helder Câmara, considerada perigosa para os que combatiam a linha libertadora da Igreja. A proteção de militantes por uma parte da Igreja, o conflito com a ala conservadora, o país oprimido, tudo isso foi extremamente complexo e desafiador. Naquele momento, a JUC vinha expressando e unificando idéias e crenças de grupos heterogêneos. Os udenistas manipulavam grupos conservadores e, as tensões no país chegaram a um grau mais avançado, quando Carlos Lacerda sofreu o atentado que resultou na morte de um major da Aeronáutica, acusando o Presidente Getúlio Vargas.

Com efeito, Café Filho propõe como vice, a renúncia conjunta, no entanto, o Presidente não aceita. Estes rompem e o clima fica tenso, resultando em pressões e morte de Vargas em agosto de 1954.

Lembra-se que foi entre as chamas udenistas que Café Filho assume o país, em agosto de 1954 e no plano internacional o contexto é de Guerra Fria e os reflexos na América Latina foram imediatos e, no caso do Brasil, o governo procurava diminuir os impactos produzidos pelo episódio. O momento político permitia depurações políticas, impasses entre grupos católicos regionais e locais. J conta: “eram anos em que aconteciam debates sobre as causas dos fracassos das ações em determinadas áreas que não poderiam sair da proposta anterior determinada pela nacional”. No mesmo ano em Recife aconteceu o Encontro Nacional Preparatório, em 1956; em Fortaleza o V Conselho Nacional, e assim foram muitos encontros pelas diversas cidades sobre o programa e a atuação dos jucistas.

Observa-se que a JUC era grupo ativo e com forte capacidade de transformação para o país, evoluindo na sua consciência, na práxis, na medida em que ocupava posição de avanço no ideário, destacando-se em ações de luta como movimento de jovens ativos, bem mais conscientes da ação política, dividindo a Igreja.

A maioria da Igreja institucional não favorecia nem a esquerda nem os tradicionalistas. Estava dividida entre os reformistas e os modernizadores conservadores. Os modernizadores conservadores eram a facção dominante da Igreja durante o início e a metade da década de 50 e, até o final da década de 60, dividiram a hegemonia com os reformistas. Como os reformistas, eles acreditavam que a Igreja devia mudar, mas promoviam um catolicismo mais forte através da educação religiosa mais intensa. Estavam mais preocupados com a justiça social do que os tradicionalistas, mas eram menos inclinados a ver os problemas sociais como resultantes da estrutura social do que os tradicionalistas (MAINWARING, 1996, p. 65).

Os reformistas com base no pensamento revolucionário, ressignificam posturas, ideário e avançam em discussões sobre o Socialismo, o Comunismo, possíveis soluções para o país e isso causou estremecimentos entre grupos atuantes na sociedade burguesa, militares e a própria Igreja. Fato confirmado quando o Bispo Dom Eugênio Sales – então administrador apostólico de Natal – após perceber o quadro da JUC e alguns posicionamentos desse grupo, toma uma radical medida, desligando-a da Nacional. O acontecimento causou forte impacto no grupo, dividindo opiniões.

Em 1960, ano considerado utópico pelas ilusões, reúne a juventude no X Conselho Nacional, evento comemorativo aos 10 anos da JUC, com a presença de quinhentos militantes vindos de diferentes Estados. Teve repercussão nesses setores, a participação de jucistas em encontros no Uruguai, na Argentina e na Colômbia. Discutiam o ideal histórico, a falta de consciência dos burgueses e as futuras ações do movimento.

Houve ainda a divisão de funções, criando uma política revolucionária, o que preocupou a Igreja Católica, inclusive porque alguns clérigos estavam no local. Embora reafirmando a estratégia maoísta da Guerra Popular Prolongada, faziam cerco das cidades pelo campo, dialogavam com a Ala Vermelha, implantavam foco guerrilheiro rural como embrião do futuro Exército Popular e a formação de grupos armados na área urbana, para ações de apoio ao campo.

É nesse contexto que em 1961, Aldo Arantes é eleito presidente da UNE e a linha de frente da Igreja reage, expulsando-o da JUC. Ainda em 1961, no Recife, acontece no encontro preparatório de jucistas acontecem discussões e começa a fluir a idéia de formação de um

novo grupo, livre da Igreja. Em Fortaleza, o V Conselho Nacional traz com tema, o estabelecimento de diretrizes para ações. Esses encontros contam com propostas trazidas pelos padres de linha libertadora cujos valores animavam o movimento, embora houvesse internamente discordância do grupo em relação ao acato dessas bases.

T conta que o grupo já não era o mesmo. “Pessoas que pensavam mais adiante e outras que não saíam das normas da Igreja Católica. Essa discórdia era por causa da formação de um novo grupo de ação mais libertadora”. A voz mostra a divisão de grupos. O Pe. Orlando Machado é nomeado Assistente Nacional da JUC em 1962, mostrando o que poderia estar subjacente nessa intriga: a Igreja no controle, vigiando ou a própria discórdia interna. Nesse clima, acontece em Recife o VII Conselho Nacional onde é discutida a política universitária e o desejo de libertação das diretrizes católicas. As equipes nacionais participavam elucidando o movimento e a partir delas, os dissidentes criariam a Ação Popular. Igreja Reformista (1955-1964) e a Esquerda Católica (1958-1964) possuíam em comum a vontade de mudar a sociedade. Procuravam alternativas estruturais que conseguissem resolver os graves problemas sociais do Brasil (BENTO, 1999, p. 13).

Essas novas bases adotadas já se diferenciavam as propostas do movimento. O desejo de mudança, as novas estratégias de ações centralizadoras da equipe nacional, inclusive a cogitação de um possível golpe e o estabelecimento de novas formas de resistência, latentes nos encontros jucistas e, rumores mostravam a intenção de muitos jucistas deixarem o laicato.

Evidentemente que as cifras sobre o número dos simples militantes, dos dirigentes diocesanos, dos responsáveis a nível regional e nacional, e também dos liberados da JUC, nos auxiliaram a reconhecer um pouco melhor a qualidade da participação dos membros no Movimento. Apesar de seu caráter de elite (pois o movimento buscava ganhar primeiramente elementos com qualidade de liderança em seu meio) havia ao lado dos que participavam mais intensamente, quer nos Congressos regionais, como nacionais, ou nos Seminários nacionais, a grande massa dos membros, mesmo se estes não formavam o que Michele chamava de the rank and the file dos partidos e dos sindicatos (BEOZZO, 1984, p 65-66).

Ora, as reuniões da JUC forneciam pistas, orientações para as demandas locais e nacionais. A participação era forte, haja vista que as lideranças incentivavam os integrantes para a militância além das articulações religiosas. Contudo, no ano de 1960, a JUC já estava em cinquenta e duas cidades brasileiras em atuação entre capital e interior. Havia um crescimento no movimento e a repercussão foi grande no país. Todavia, o movimento não

estava preparado para esse aumento de integrantes e o grupo teve que se adaptar a novos elementos que se mostravam na dinâmica de movimento social.

Foi nesse período que sentimos um excesso de trabalho e não dávamos conta das viagens, das visitas técnicas de campo havia uma falta de apoio da Igreja em acompanhar o nosso ritmo. Mas, tínhamos receio que o movimento se esvaziasse pela mera tática de atuação, isso porque a dimensão religiosa que era fugaz nesse momento de luta. Tínhamos ataques da imprensa, críticas de todas as formas e faltava apoio da Igreja, já que a doutrina da própria Igreja Católica já não acompanhava a nossa luta (DEPOENTE T).

O narrador lembra à sua maneira o acontecido. Por isso todo evento narrado é sempre uma reconstrução incompleta. A perspectiva apresentada por T é apenas uma das várias possibilidades interpretativas que mostra a caminhada do movimento, a política universitária propiciando campo para novas propostas que nasciam na JUC a partir da práxis, e que a todo custo o movimento tentava assegurar dando continuidade à luta.

A CNBB recomendava aos membros da JUC o afastamento do Comunismo, os líderes inflamavam a equipe nacional em favor das novas orientações. Uma das estratégias da Igreja Católica era ser contra essas investidas da esquerda, difamando em pregações religiosas o grupo revolucionário e rebelde, fazendo campanha do silêncio diante das citações do pensamento comunista, evitando assim que essas ideias proliferassem no país. Estariam estes princípios atacando a família brasileira? Certamente essa pergunta esteve presente em muitos lares.

Havia, sem dúvida, um esgotamento político nacional e a JUC radicalizou-se, passando pelo governo populista com reação progressista, ao tempo em que parcela da Igreja Católica divergia da orientação desses assistentes de equipe em razão dos ideais do Comunismo.

O ideário revolucionário na America Latina e o renovadores católicos

Anos marcados por novo ideário, identidade nacional se misturando com a internacional, onde as aventuras e a revolução jovem dos Beatles viravam o mundo e que a contracultura fluía. Os *besouros negros* (Beatles) eram recebidos pela Coroa Inglesa, o fenômeno *hippie* e a separação dos jovens de suas famílias viam a simbologia de Che Guevara como postura a ser adotada. E tudo isso encantava os jovens brasileiros e ofendia a

Igreja. Resultado dessa contracultura era a juventude se exaltando em drogas, chamados por liberdade sexual em busca de liberdade, o que era ataque direto as diretrizes da Igreja e da própria família.

A Revolução Cubana também causou um profundo impacto na Igreja em toda América Latina. Os eventos em Cuba criaram a consciência de que a revolução era a possibilidade na América Latina; de fato, durante a maior parte dos anos 60, tanto a esquerda quanto a direita superestimaram o potencial revolucionário do continente. Cuba inspirava algumas pessoas a intensificar seus esforços em promover uma mudança radical; outras, a adotar defesas intransigentes da ordem vigente e outras, ainda, a promover o reformismo com o meio de abortar a revolução. Dentre a igreja brasileira estavam presentes as três reações: entre os católicos praticantes a primeira era mais fraca, e o impulso reformista era mais forte. O conflito exacerbado entre a igreja e o regime de Castro reforçou as tendências defensivas dentro de alguns setores (MAINWARING, 1986, p. 64).

Cuba desencadeia na América Latina uma audaciosa luta guerrilheira que termina vitoriosa, implantando o regime socialista de viés acentuadamente radical, surgindo na figura de Che Guevara, o ídolo-ícone para a juventude contestatória de todo o mundo. Anos de uma massa de desempregados e subempregados que, já em meados da década de 1960, chegariam a constituir a terça parte da força trabalhista brasileira. A referência a este passado é um elemento fundamental na construção da identidade comunista desses jovens revolucionários que, ao mesmo tempo, libertam-se do catolicismo. No processo de reconstrução de identidades, a memória coletiva desempenharia um papel destacado.

Em qualquer processo de busca de identidade, a memória exerce um papel fundamental. Isso porque, além de fortalecer o sentimento de pertencimento e a continuidade temporal, uma das suas funções essenciais é manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um determinado grupo tem em comum (PANDOLFI, 1995, p. 15).

E no país, as identidades efervesciam e a imagem que foi elaborada em relação aos comunistas era de uma ameaça e medo de uma alteração radical da estrutura do país e sua importância encontra fontes de realimentação constante na realidade nacional/internacional.

Muito se tem discutido a respeito da consolidação do regime democrático, mas o que se tem em mente é que essa consolidação sempre será falaciosa se não forem levados em conta alguns aspectos ainda não superados pela democracia brasileira. Obstáculos e alguns emperramentos institucionais, principalmente pela demanda por inclusão de segmentos da

sociedade que se encontravam excluídos da esfera política. Na linha de frente desses excluídos, os cidadãos com baixa escolaridade e os que sofrem com os percalços da pobreza que, juntos, são protagonistas de grande parte dos déficits de participação política no Brasil.

Considerações

A JUC foi, sem dúvida, um movimento social de relevância, pois desenvolveu ações, criou autonomia diante de uma instituição poderosa como a Igreja Católica. Atuou diante de um país em pleno processo de industrialização e tensão entre operários e burgueses, industriais e setores elitizados, manteve-se solidária às causas sociais, lutou pelos Direitos Humanos. Foi parceira de grupos esquerdistas do país, lutou com ideário e identidades espelhada nos movimentos da América Latina que lhes permitiram experimentar vivências democráticas. Era a JUC constituída de identidades entre a cristã e a estudantil, sofrendo transformações e instaurando uma práxis fora ‘das amarras da Igreja’. E no cenário social, político, cultural do país, a JUC colaborou na definição de novos processos democráticos e luta revolucionária. Reorganizou-se como grupo, transformou sua práxis, avançou no ideário e foi capaz de promover movimento de pessoas em rumo à transformação da sociedade brasileira.

O ideário do grupo movimentou a História do Tempo Presente desses anos, e apesar da sua força, viu a derrocada do Governo de Goulart e o fim de um movimento social relevante que deixou exemplo dentre os movimentos sociais da América Latina nos anos 60.

Referências

- COLEÇÃO POLÍCIA POLÍTICA. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.
- BENTO, Fábio Régio. A Igreja Católica e a Social Democracia. São Paulo: Ave Maria, 1999.
- BEOZZO, José Oscar. Cristãos na Universidade e na Política. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.
- _____. A Igreja do Brasil. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.
- FUNDO COLEÇÃO POLÍCIA POLÍTICA Setor/Série: Comunismo, Folha 088, notação 127, encontrada no Arquivo Público Estadual do Rio de Janeiro

KORNIS, Mônica Almeida. Uma historia de educação no Brasil. São Paulo/Belo Horizonte: tese de doutorado. USP. 2000.

MAINWARING, Scott. A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916–1985). São Paulo: Brasiliense, 1986.

MURARO, Walmir Francisco, Juventude Operária Católica (JOC). São Paulo: Brasiliense, 1985 (Tudo é História, 97).

PANDOLFI, Dulce. Camaradas e companheiros. História e memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). A vanguarda armada e as massas na revolução que não ocorreu. In: Ciências Sociais, hoje. 1987. Anuário de Antropologia, Política e Sociologia da Anpocs. São Paulo: Vértice/Anpocs, 1987.

_____. O fantasma da revolução brasileira. São Paulo: UNESP, 1998. (Prismas).

SARTI, C. A. Família e jovens: no horizonte das ações. Revista Brasileira de Educação, 11, 1999.

SIGRIST, José Luís. A JUC no Brasil: evolução e impasse de uma ideologia. São Paulo: Cortez, [Piracicaba]: Universidade Metodista de Piracicaba, 1982.